

Bruno Torquato Silva Ferreira*

Carlos Martins Júnior**

O SORTEIO MILITAR E A QUESTÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Resumo: O presente artigo apresenta algumas reflexões acerca das transformações operadas na formação do corpo de oficiais do Exército brasileiro no início do século XX. Para tanto, foram consultados registros burocráticos elaborados pelo alto comando do Exército e discursos proferidos por autoridades civis e militares, além de intelectuais, a respeito dos temas: serviço militar obrigatório e profissionalização militar. Neste caso, todas as evidências apontam para o fato de que essas transformações acompanham um sentido especial de profissionalização operado nos exércitos europeus ocidentais décadas antes. Em outras palavras essas transformações indicam, no caso brasileiro, o abandono do perfil profissional *bacharelesco* e *civilista* – caracterizado pelos privilégios atribuídos à formação nos ramos técnico-militares – para a adoção de um perfil mais militarizado – caracterizado pela valorização da função de instrutor militar e dos ramos combatentes – na formação dos oficiais. Essas transformações, por sua vez, se relacionam a adoção do serviço militar na modalidade obrigatória (sorteio militar), que passou a exigir uma nova postura dos oficiais com relação aos aspectos mais mezinhos da profissão militar, entre eles a instrução, o que indica que o surto de profissionalização militar verificado na época se relaciona diretamente à busca pela introdução do serviço militar na modalidade obrigatória.

Palavras-chave: Exército, Profissionalização, Sorteio.

Abstract: This article presents some thoughts about the changes made in training the body of officers of the Brazilian Army in the beginning of the twentieth century. For both, were found bureaucratic records prepared by the Army high command and speeches by civil and military authorities, and intellectuals, regarding the subject: compulsory military service and military professionalism. In this case, all evidence points to the fact that these changes accompany a special sense of professionalism operated in western European armies decades before. In other words these changes indicate, in the Brazilian case, the abandonment of professional profile *bacharelesco* e *civilista* – characterized by the privileges assigned to training in technical and military branches – for the adoption of a more militarized profile – characterized by the recovery of the function of military and instructor classes of fighters – the training of officers. These changes in turn are related to the adoption of compulsory military service in the mode (draw military), now require a new attitude of officers in relation to the most banal of military occupation, including education, which indicates that the outbreak of military professionalism found at the time relates directly to the search by the introduction of compulsory military service in the form.

Keywords: Army, Professionalization, Draw.

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

** Professor Titular em Teoria da História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Com o advento da República operou-se uma verdadeira refundação do Exército brasileiro. Nos primeiros anos do novo regime, os seus mais altos postos foram expurgados pelas lideranças militares do golpe que pôs fim à monarquia, proporcionando uma renovação do seu quadro de oficiais. Em seguida, ocorreu a organização do Estado-Maior do Exército (1896-1900) e a Guerra de Canudos (1896-1897), que representaram, para os destinos políticos desta força, um ponto de inflexão. Posteriormente, a promulgação da Lei do Sorteio Militar (1908) veio desfechar um conjunto de reformas que visavam modernizá-lo (CARVALHO, 2005: 22-24).

Contudo, essa lei só começou a ser aplicada a partir de 1916, após prestigiada campanha nacional pelo serviço militar obrigatório levada a cabo pela Liga de Defesa Nacional, contando com o apoio militante do poeta Olavo Bilac e de outros intelectuais nacionalmente projetados, além das simpatias de alguns líderes do Exército e da burguesia paulistana. A forte impressão causada nas elites políticas e militares brasileiras pela brutalidade do conflito mundial de 1914-1918, caracterizado por intensa mobilização material levada a cabo pelos países envolvidos, também constituiu fator ponderável para a tomada dessa decisão.

Durante todo o século XIX, o Estado brasileiro viu-se em sérias dificuldades na tarefa de preenchimento dos *claros* das tropas em virtude da histórica “aversão e resistência ao serviço das armas”, generalizados entre a “gente comum” (MENDES, 2004). Além disso, a debilidade das estruturas burocráticas prejudicava o desenvolvimento de uma efetiva ação recrutadora, calcada em dispositivos *racionais* e *modernos*. Na prática, o serviço nas tropas de linha restava aos indivíduos não protegidos pelas relações de dependência aos grupos poderosos locais, que detinham privilégios de concessão de isenções delegados pelo poder central (MENDES, 2004: 115)¹. Essa dinâmica levou os poderes centrais a se sujeitarem diante dos interesses dos chefes locais, política e economicamente projetados, no tocante ao recrutamento militar. Pode-se afirmar que essa situação só começou a ser alterada a partir do início da aplicação da Lei do Sorteio Militar, em 1916.

Nas décadas iniciais do século XX verificou-se esforço de uma parcela da elite militar e civil brasileira, através dos aparelhos burocráticos estatais, com a finalidade de estabelecer uma lei de alistamento universal obrigatório e sorteio militar no Brasil. A

¹ As tropas de linha, ou de primeira linha, constituíam os efetivos militares das forças militares permanentes (Exército e Armada). Diz-se *de linha* ou *primeira linha* em oposição às forças milicianas ou de *segunda linha*, como a *Guarda Nacional* ou as *Companhias de Ordenanças*.

rigor, já existia lei com este objetivo desde 1874, mas em virtude de forte resistência popular e da falta de condições de sua aplicação tornou-se *letra morta* (MENDES, 2004). A versão republicana dessa lei foi também inicialmente descumprida.

A perspectiva da adoção do modelo de conscrição obrigatória gerava expectativas, entre seus defensores, de que o serviço militar viesse a se constituir num mecanismo disciplinador. Mais que isto, o serviço militar era visto por muitos como uma possibilidade de resolução dos problemas de organização social. Acima de tudo preocupava a muitos pensadores e formadores de opinião as dificuldades referentes à formação de mão-de-obra qualificada e obediente aos patrões, num contexto de princípios de industrialização do país e, conseqüentemente, de expansão das relações assalariadas de trabalho². Com efeito, o serviço militar, na visão de intelectuais da estirpe de Bilac, estava vinculado a valores como disciplinarização, racionalização e individualismo, bastante caros à sociedade burguesa industrial típica da época. Além disso, esse modelo disciplinarizador vigorava em vários países europeus naquela época e, por essa razão, era visto como um modelo a ser seguido por muitos, por estar vinculado às visões de mundo de muitos homens letrados, às concepções de modernidade, civilização e progresso.

A aplicação do sorteio militar no Brasil, ensaiada desde meados da década de 1870, começou a se efetivar entre fins de 1916 e início de 1917, após quase trinta anos de vigência do regime republicano no País e mais de quarenta da primeira lei que o instituiu. Muitos foram os ministros, chefes militares ou mesmo oficiais subalternos que depositaram grandes esperanças de que o serviço militar obrigatório viesse a resolver as crônicas dificuldades do Exército com relação ao preenchimento de seus *claros* – como eram chamadas as vagas de praças não preenchidas nas fileiras – à instrução militar e à formação de reservas para o Exército.

Uma rápida passada de vistas pelos sucessivos relatórios do Ministério da Guerra desde a segunda metade do século XIX até meados da segunda década do século seguinte permite verificar a insistência com que os chefes daquela repartição procuravam demonstrar o quanto seria importante a aplicação de uma lei impondo, no mínimo, o sorteio militar. A esse respeito basta observar a energia com que defendia tal medida o general Caetano de Faria, o qual, não por acaso, viu a lei 1860 de 04-01-1908

² Convém mencionar que o debate sobre o uso ou não da disciplina militar para fins de organização do trabalho na sociedade brasileira gerou grande polêmica que opôs, entre outros, Olavo Bilac e Alberto Torres. Para uma sumarização desta polêmica ver COELHO e McCANN.

ser, pela primeira vez, aplicada durante a sua passagem pela pasta da Guerra em 1914-1918:

A maior necessidade do exército é a execução do serviço obrigatório; a guerra não é mais uma luta entre exércitos e sim entre nações, ou, como estamos vendo atualmente, entre grupos de nações. Isso exige que o exército seja a nação armada, quer para combater isoladamente, quer para poder fazer parte de um grupo que não aceitaria um aliado sem valor eficiente³.

A doutrina da *Nação em Armas* remonta à experiência militar européia advinda das chamadas guerras napoleônicas e ganhou grande projeção após a espetacular vitória da Prússia sobre a França na guerra de 1870-1871, na qual o sistema prussiano de recrutamento, baseado no serviço militar obrigatório, foi considerado um dos fatores decisivos para esse resultado. A partir de então, generalizou-se por exércitos de todo o mundo a noção segundo a qual as forças armadas, além de responsáveis pela defesa nacional, seriam uma espécie de *escola da nacionalidade*, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população e de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional. A adoção do serviço militar obrigatório também era vista como um elemento indispensável à profissionalização dos exércitos. Segundo os novos padrões, apenas o corpo de oficiais passava a ser permanente, enquanto a base da instituição seria renovada periodicamente (CASTRO, 2007: 240).

Esse princípio condicionava uma substantiva transformação no perfil profissional da oficialidade dos exércitos baseados no serviço militar obrigatório. E, de fato, no que toca ao Exército brasileiro, sobretudo após o advento da República, observamos uma importante inflexão no ensino ministrado nas suas escolas militares, as quais foram pouco a pouco abandonando um ensino de caráter eminentemente bacharelesco, no qual as chamadas disciplinas “teóricas” eram predominantes, e adotando uma formação mais voltada para as atividades propriamente militares, em que eram privilegiadas as disciplinas “práticas”.

Até as décadas iniciais do século XX, a oficialidade do Exército brasileiro era dividida em *científicos* e *tarimbeiros*⁴. Esta clivagem informal refletia em parte o

³ Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1916*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p. 6.

⁴ A expressão *tarimbeiro* vem de *tarimba*: “estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis”. Portanto designa os oficiais de perfil *troupiier*, ligados às coisas da tropa, geralmente sem estudos superiores, em contraste com os oficiais ditos *científicos* dos ramos técnicos da artilharia, engenharia e estado-maior (CASTRO, 1995: 17).

sistema de valores predominantes no meio cultural brasileiro da época, no qual os diplomas superiores tinham grande prestígio, sobretudo os que habilitavam os indivíduos a desempenharem as chamadas profissões liberais⁵. De outra parte, a referida divisão se devia à própria evolução do ensino militar superior no Brasil, pois o núcleo profissional do Exército se constituiu a partir das especialidades técnicas da profissão militar: a artilharia e, sobretudo, a engenharia (IZECKSOHN, 1997: 33). A bem da verdade, as instituições educacionais superiores das forças armadas brasileiras surgiram, grosso modo, como cursos de engenharia e artilharia, que também eram inicialmente freqüentados por civis e seguiam regime de externato (MARTINS JÚNIOR, 2001: 26).

Aos oficiais-engenheiros cabia erigir e manter não apenas fortificações ao longo do litoral e do interior do país como também dirigirem os empreendimentos estruturantes do próprio poder do Estado imperial. Não por acaso grandes obras arquitetônicas do período ficaram sob a responsabilidade de engenheiros militares. Fora isto, até o final do século XIX uma significativa parcela das obras de engenharia ligadas à construção e administração de minas, estradas, portos, canais, pontes, fontes e calçadas foram entregues às ordens de oficiais militares (MARTINS JÚNIOR, 2001: 25)⁶.

Ademais, a formação dos oficiais dos ramos propriamente combatentes (infantaria e cavalaria) se fazia, em grande parte, distante dos bancos escolares. Nesse sentido, oficiais da estirpe de Osório, Andrade Neves e Sampaio, que alcançaram grande projeção política, social e profissional nos campos de batalha do Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e finalmente Paraguai, não constituem exceção e sim a regra, pois na maioria ingressaram nas fileiras do Exército na condição de simples soldados e, graças às suas atuações nos sucessivos conflitos, ascenderam aos mais elevados postos da hierarquia.

Após o período regencial verifica-se uma forte tendência no sentido da *militarização* do currículo da Escola Militar. A partir de 1850, por exemplo, oficiais das armas de cavalaria e infantaria que não tivessem formação superior poderiam ser legalmente preteridos no momento das promoções em relação aos que tivessem o curso da Escola Militar. Contudo, esta continuou a ser fortemente impregnada pelo *espírito*

⁵ Sobre isto, nenhum documento é mais revelador do que os romances do escritor carioca Lima Barreto (BARRETO, 2001/ BARRETO, s/d). Um analista entende que o tipo bacharelesco e urbano veio a tomar o lugar do antigo senhor de terras em declínio no Brasil a partir de meados do século XIX (FREYRE, 1955).

⁶ Aliás, até 1874 a Escola Militar abrigava a única escola de engenharia do País, quando surgiu um curso de engenharia a partir daquela instituição militar (CASTRO, 1995: 42).

civilista, predominante desde o seu surgimento. Muitos analistas concordam com a interpretação de que entre as décadas de 1850 e 1880 o curso teve caráter híbrido, isto é, era em parte uma escola de formação de oficiais combatentes e, ao mesmo tempo, uma escola de engenharia, mesmo após a reforma encetada em 1874 que a desmembrou, criando uma escola civil de engenharia a partir das instalações originais da Escola Militar e restringindo a frequência às aulas da Escola Militar exclusivamente aos militares.

Talvez um ligeiro esclarecimento acerca do currículo da escola a partir de 1874 ajude a entender melhor o que se pretende dizer com espírito *civilista*. Quando Augusto Tasso Fragoso⁷ frequentou a Escola Militar, entre 1885 e 1890, o seu curso era dividido em três fases, que levavam a um diploma de engenheiro militar quando transpostas. Com efeito, a primeira era chamada *curso de alfafa*, pois se destinava a habilitar os estudantes militares a desempenhar as funções de oficial das armas de cavalaria e infantaria e tinha a duração média de dois anos. Os indivíduos que obtivessem aprovação plena em todas as matérias oferecidas ao longo desses dois anos (60% ou mais de aproveitamento em todas as disciplinas ministradas) eram declarados alferes-alunos e poderiam permanecer na Escola a fim de prosseguir nos estudos. Os aprovados “*simplesmente*” eram carregados para a tropa para servirem na condição de praça (na graduação de sargento-ajudante), aguardando vaga para a promoção ao oficialato (ARARIPE, 1960: 67).

Em seguida, os indivíduos que permaneciam na Escola tinham mais um ano de estudos pela frente, ao fim do qual poderiam se habilitar a desempenhar as funções dos oficiais da arma de artilharia. Finalmente, os interessados que tivessem aprovação plena nesse período poderiam seguir os estudos a fim de se habilitarem a desempenhar as funções de oficiais de estado maior e, finalmente, se tornarem engenheiros militares⁸. Essa disposição do progresso escolar evidencia, portanto, o grande prestígio conferido aos oficiais pertencentes aos ramos técnico-combatentes, que além de contar com uma formação muito mais prolongada eram os únicos a quem era permitido o privilégio de

⁷ O maranhense Augusto Tasso Fragoso ainda na condição de aluno da Escola Militar envolveu-se na conspiração que levou ao golpe militar de 1889 e instaurou a República. Além disso, embora fosse identificado inicialmente como oficial científico, por ser engenheiro militar, desempenhou importante papel no processo de profissionalização do Exército no primeiro período republicano, tendo chefiado o Estado-Maior do Exército por 8 anos. Participou da junta militar que derrubou o presidente Washington Luís em 1930 e notabilizou-se como historiador militar ao escrever ensaios sobre a Batalha do Passo do Rosário e a Guerra da Tríplice Aliança.

⁸ Vale mencionar que o diploma de engenheiro militar também habilitava o seu possuidor a desempenhar a profissão de engenheiro civil.

ostentar o posto de alferes-aluno, além dos títulos de bacharel e doutor em matemática e ciências físicas para os engenheiros. Não é de se surpreender que muitos candidatos à carreira militar estivessem muito mais interessados na possibilidade de seguir os estudos superiores em uma instituição em que o ensino, além de gratuito, proporcionava o recebimento de um pequeno pecúlio mensal (CASTRO, 1995: 34).

Além disso, de acordo com Frank McCann, a formação do oficialato brasileiro era muito mais voltada para a construção do Brasil do que para a sua defesa (McCANN, 2007: 41). De fato, os oficiais das especialidades combatentes tinham, em geral, menor tempo de educação formal e a falta dela não era fator impeditivo da ascensão profissional (SCHULZ, 1994: 26). Sendo assim, até os princípios do século XX era ainda comum encontrar-se nos corpos das tropas oficiais sem formação superior.

Por outro lado, entre os oficiais com curso superior, também se pode dizer que não fosse incomum a ojeriza em relação às “coisas” da tropa. A esse respeito, vale destacar a resposta dada a Setembrino de Carvalho por um oficial subordinado que não concordava com a obrigação de ministrar instrução militar aos recrutas: “Ora, Comandante, isso não é para nós, oficiais do corpo de engenheiros”, afinal “um bacharel em ciências físicas e matemáticas não se podia nivelar aos oficiais de tropa!” Na opinião de Setembrino, também oriundo do corpo de engenheiros, aquele oficial seguia a corrente dos que “entendiam ser deprimente aos oficiais diplomados o serviço arregimentado”. A seqüência da descrição desse tipo de oficial é ainda mais precisa em relação ao que pretendia demonstrar:

‘O bacharel não era feito para estudar tática ou estratégia’! ‘Somente trabalhos de engenharia deveriam ser o objeto de sua atividade e cultura’! O tratamento de doutor era o do agrado. Não gostavam de ser nomeados pelo posto que ocupavam na hierarquia militar. À conclusão dos cursos científicos na Escola Militar da Praia Vermelha, procuravam iniciar-se no magistério militar, não só pelas vantagens pecuniárias como porque era o meio de fugir à caserna. Lecionavam qualquer matéria, embora não fossem habilitados (CARVALHO, 1950: 65).

Pouco a pouco, entretanto, a tendência à militarização dos currículos da Escola Militar se impôs, sobretudo após os primeiros anos do período republicano. Pode-se dizer que a Revolta da Vacina tenha sido um marco nesse sentido, pois ela forneceu a justificativa moral para o definitivo fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha⁹,

⁹ Sintomaticamente essa escola era conhecida pelos seus alunos e ex-alunos como *Tabernáculo da Ciência* (CASTRO, 1995, 34).

encerrando assim um ciclo da história do ensino militar brasileiro, no qual se sobressaíram os chamados soldados-cidadãos¹⁰. O regime republicano importou numa redefinição do papel das forças armadas, sobretudo do Exército, na sociedade brasileira. Abria-se ao Exército a tarefa de civilizar o país: coordenar a ocupação dos seus “espaços vazios”, balizar fronteiras, materializar a presença do Estado e, acima de tudo, incorporar e civilizar, no sentido *eliasiano*¹¹, aqueles que se encontrassem distantes dos grandes centros ou fossem marginais através da instrução cívica e militar. Em outras palavras, cabia ao Exército, através dos seus sacerdotes do civismo, os oficiais, fazer do Brasil uma nação.

De fato, foi nesse contexto que ganhou projeção nos meios militares e civis a noção do oficial como um sacerdote ou apóstolo e educador, o qual tinha como a sua mais alta e nobre missão a de pregar e desenvolver o culto à pátria e aos seus símbolos mais sagrados: a bandeira, o hino, os “grandes homens”, a história, a geografia, a língua falada e escrita, além, é claro, do próprio uniforme, que deveria ser envergado por pessoas “moralmente capazes”.

Essa dupla perspectiva ficou bastante evidenciada quando em março de 1912, o mesmo general Caetano de Faria, que na época se encontrava à frente do Estado Maior do Exército, proferiu um discurso numa reunião ocorrida nas dependências do Clube Militar, do qual também era presidente, na qual se encontrava o próprio presidente da República, o também militar e marechal Hermes da Fonseca. Para Faria, a caserna seria “a escola da nação armada” e os oficiais, além de “educadores dos soldados”, os “apóstolos do civismo brasileiro”. Mais adiante, em seu discurso, apelou para o sentimentalismo da platéia ao afirmar que o Exército não faria mais do que dar continuidade ao trabalho educativo iniciado pela família e pela escola: “a educação militar é uma espécie de apostolado [...] nós somos encarregados de almas” (FARIA, 1912: 25).

¹⁰ Sobre o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e a fragmentação do ensino superior do Exército por estabelecimentos no Realengo, Rio Pardo, Porto Alegre e Fortaleza verificar McCANN, 2007, 134-137.

¹¹ Para Elias, o processo civilizador se configurou na Europa Ocidental desde o final da Idade Média e foi marcado pela ascensão do poder das monarquias e pela centralização política dos Estados. No entanto, o processo civilizador não constitui apenas um fenômeno político, social e material, mas, também, um processo cultural, no qual os indivíduos são materialmente compelidos ao auto-controle através do uso legítimo da força física pelos governos e de medidas disciplinares, tais como códigos de posturas e livros de etiqueta. Nesse sentido, as forças policiais e militares dos Estados estavam entre as principais ferramentas dos governos na política de pacificação interna dos diversos países. Parte-se da premissa de que processo análogo ocorreu no Brasil no decorrer do século XX, quando o Exército brasileiro passou por um intenso fortalecimento, não apenas em efetivos como em termos de meios de controle e substancial incremento de equipamentos bélicos (ELIAS, 1993).

Destarte, a disciplina militar é apresentada como um prolongamento das disciplinas familiar e escolar. Para o autor, a disciplina militar baseava-se na obediência do indivíduo para com seus pais a qual se estenderia para a sociedade como um todo. Neste sentido, a disciplina militar apenas daria um sentido mais racional e geral a todos os esforços.

Ainda no mesmo discurso 1912, o mesmo Caetano de Faria, ao discorrer no Clube Militar sobre a missão social do oficial enquanto educador, estabeleceu a distinção entre o elemento transitório do Exército (o soldado) e seus elementos fixos (os oficiais). O soldado ia ao quartel “apenas aprender o que lhe é necessário quando a Pátria chama-lo à sua defesa”. Os oficiais, por seu turno, constituíam o pequeno grupo que permanece nas casernas “para receber, educar, instruir e restituir à vida civil” os cidadãos, como “verdadeiros apóstolos do patriotismo e do dever cívico” (FARIA, 1912: 25).

Com efeito, para Caetano de Faria era necessário “fazer passar pelas casernas o maior número de cidadãos”; só assim o quartel tornar-se-ia “a escola da nação armada”. Segundo ele, na guerra, “os fatores morais têm mais influência do que os fatores materiais”. Assim sendo, “o soldado precisa de mais do que instrução técnica – precisa de educação moral”. Para o general, os pais e mestres são “agentes da sociedade”, encarregados de iniciar a criança no asseio, na obediência, no respeito às conveniências, nos costumes e na grande lei do trabalho: “O papel que a sociedade civil confia aos pais e mestres, o Exército confia aos seus graduados, em cuja frente estão os oficiais.” Assim, “o ideal seria que o regimento tivesse apenas de completar a obra iniciada pela mãe de família e continuada pelo mestre-escola”. Desta forma o Exército nada mais seria que “o prolongamento da escola” (FARIA, 1912: 25).

Não é demais lembrar que o novo modelo do oficialato surgido com a República, o do oficial instrutor, deve muito aos seus predecessores: tarimbeiros e científicos. Os do primeiro grupo, com seus interesses mais ligados aos problemas da tropa, pode-se dizer que, em geral, compartilhavam dos valores profissionalizantes do ponto de vista militar, embora fossem tributários de procedimentos considerados arcaicos no início do século XX. Quanto aos científicos, a dar credibilidade aos analistas mais recentes, nunca pareceram duvidar, muito pelo contrário, do papel civilizador a ser desempenhado pelos exércitos sul-americanos¹².

¹² A esse respeito merece bastante atenção o decreto de 14 de abril de 1890 que reorganizava o Exército baixado após a Proclamação da República, assinado pelo presidente e pelo ministro da Guerra interinos

Com efeito, é de se questionar, inclusive, essa tradicional clivagem analítica, pois afinal, é possível elencar uma série de oficiais tidos como tarimbeiros que, no entanto, tiveram formação nos ramos técnico-militares (artilharia e engenharia), com passagem pela Escola Militar e, por outro lado, oficiais tidos como científicos, inclusive positivistas, que, em suas carreiras, destacaram-se como defensores da expansão da instrução militar e da própria mudança do perfil do oficialato brasileiro. Do primeiro grupo pode-se destacar: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Sólton Sampaio Ribeiro, Sena Madureira. Do segundo: Tasso Fragoso, Setembrino de Carvalho, José Caetano de Faria, Cândido Rondon, Alfredo Malan entre outros¹³.

Em todo caso, a necessidade da generalização da instrução militar e a preocupação com a formação da oficialidade com vistas a consecução desse primeiro objetivo parecem ter sido, grosso modo, um objetivo comum da oficialidade brasileira, embora as perspectivas ideológicas quanto a utilidade da conscrição obrigatória possam ter sido diversas. Para Caetano de Faria, por exemplo, a adoção do serviço militar faria do Exército “uma grande escola, cujo professorado será constituído pelo corpo de oficiais” e “o oficial será um educador e terá uma missão social elevadíssima”. O primeiro dever do oficial, dentro do regime do serviço militar obrigatório, seria o de mostrar ao recruta que o quartel teria, dali por diante, uma nova e “moderna função de escola, em contraposição à sua antiga função de lugar de repressão” (FARIA, 1912: 25).

O ponto de vista de Caetano de Faria parece ter sido compartilhado pelo *príncipe dos poetas*, o parnasiano Olavo Bilac. Filho de um general médico, Bilac parecia ter aceitação entre a burguesia e os dirigentes do País. E foi justamente aos jovens bem nascidos que esse poeta dirigiu a sua campanha pela aplicação da Lei do Sorteio Militar de 1908. Numa conferência organizada na Faculdade de Direito de São Paulo¹⁴, denunciou a “míngua de ideal” e a “onda desmoralizadora de desânimo” existentes entre as “classes cultas” brasileiras, entre as quais “a indiferença é a lei moral” e “o interesse próprio é o único incentivo”. Por outro lado, Bilac chamava a atenção dos estudantes para as “camadas populares” que, “mantidas na mais bruta ignorância, mostram só

Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, dois dos maiores representantes das duas principais alas em que se dividiam os oficiais brasileiros na época. Para uma transcrição desse documento (CARONE, s/d: 249-250).

¹³ Oficiais científicos, talvez, menos entusiasmados com a carreira militar acabaram se destacando mais como políticos do que efetivamente como militares. Desse grupo pode-se citar: Lauro Sodré, Lauro Miller, Serzedelo Correia etc.

¹⁴ Bilac fez campanha em diversos Estados do centro-sul do País, privilegiando, na sua pregação *patriótica*, as faculdades de direito, medicina e engenharia das localidades por onde passou. Por essa razão, foi homenageado pelo Exército como patrono do serviço militar.

inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência”. Para Bilac, essa situação se prendia à omissão do governo:

A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da maioria política.

O único “remédio” para esta situação seria o sorteio militar:

Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória.

A caserna seria o corretivo para os “rebotalhos da sociedade”, “animais brutos que de homens têm apenas a aparência e a maldade”:

A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: dela saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão (BILAC, 1915: 24-27)

Bilac, por não se considerar um militarista, afirmava que os ideais da *nação armada* e do *soldado cidadão* eram as únicas maneiras de se opor à hegemonia militar no campo político:

Nunca fui, não sou, nem serei militarista. E não tenho medo do militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estatocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados [...]. Anti-militaristas, não arrastaremos o país a megalomanias de orgulho belicoso [...] e, ao contrário de inventar e fortalecer uma casta privilegiada de militares, empreenderemos que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército, de modo que cada brasileiro se ufane do título de cidadão-soldado (FARIA, 1912: 70).

Contudo, o tipo idealmente imaginado do *cidadão soldado* se contrapõe a outro, ao do *soldado profissional*, do qual o Exército queria se ver livre:

Não queremos ter um Exército mercenário ou assoldado [sic], o que diminui o valor do soldado e da nação. Não queremos tampouco um Exército propriamente profissional em toda a sua hierarquia, profissional desde o general até o soldado raso. Queremos um Exército democrático de defesa nacional. Queremos que não haja soldados profissionais; ou melhor, que haja unicamente alguns profissionais, os oficiais de investidura profissional, os que sejam

sacerdotes fardados, os educadores, os professores normais do grande Exército sem profissão militar (FARIA, 1912: 136-137).

Esses novos perfis a serem exigidos do soldado (aluno) e do oficial (professor) descritos por Bilac parecem se adequar, perfeitamente, ao que era imaginado por Caetano de Faria:

Queremos que dentro de cada quartel haja uma aula primária; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo de seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão, com a sua inteligência adestrada, com a sua capacidade armada para o trabalho, com a sua consciência formada, com os seus músculos fortalecidos, com a sua alma enobrecida. No quartel, cada homem encontrará a sua completa cultura indispensável. O que é preciso é que esses homens encontrem no quartel oficiais dignos, capazes, entusiastas, moços, ardentes, que sejam exclusivamente oficiais, isto é, educadores e disciplinadores [...]. No quartel, o oficial deve ser como o professor da escola primária: um sacerdote, um diretor de inteligências e de caracteres (FARIA, 1912: 136-137).

Bilac destacou-se, também, como fundador, em setembro de 1916, de uma importante organização divulgadora dos princípios de organização nacional relacionados à preparação militar: a Liga de Defesa Nacional. É importante destacar o sentido abrangente do seu conceito de *defesa nacional*, que foi também o da Liga, o qual se relaciona à própria organização da sociedade brasileira não apenas para a defesa do torrão natal, quanto também para o trabalho. Sobre isto, vale destacar:

A defesa nacional é tudo para a nação. É o lar e a pátria; a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio; a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade (FARIA, 1912: 82-84).

A partir do acima exposto é possível depreender a sensível interconexão entre as noções de *defesa nacional*, *ordem* e *trabalho*. Para Renato Lemos, os conceitos de *Ordem pública* e *segurança nacional* são derivativos de um arcabouço jurídico comum aos meios civis e militares no plano internacional a partir das décadas finais do século XIX. A ordem social e o Estado capitalista “são objeto de elaborações defensivas no Parlamento e na caserna, e o processo político associado a estes elementos não obedece, essencialmente, a diferenciações qualitativas entre civis e militares” (LEMOS, 2008: 169). Nesse sentido, o serviço militar se apresenta como um importante elemento de

ordem e de organização da vida nacional na concepção de Bilac e da Liga de Defesa Nacional.

A campanha de Olavo Bilac certamente teve grande repercussão em todo o país, mas, ao mesmo tempo, suscitou resistências entre civis e militares. Apenas para citar, entre os civis, o opositor das idéias de Bilac que teve maior destaque, cabe aqui lembrar Alberto Torres. Segundo ele:

[...] a caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter cívico, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel, não podendo criar tais qualidades, não chega também, por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos [...] (COELHO, 2000: 90)

Além disso, para esse político, seria errôneo supor que a democracia encontraria expressão no serviço militar obrigatório. Ao contrário, seria “a forma menos democrática” que se poderia dar “à organização das forças nacionais”. Pois ela estabeleceria “um *estado feudal de classe*”, dadas a situação em que colocaria a massa dos cidadãos perante os oficiais. A oficialidade permanente acabaria consolidando-se em casta, com prejuízo da justiça distributiva das posições, que era o “princípio básico das democracias” (COELHO, 2000: 90)¹⁵. Para o mesmo, que seguia a tradição liberal-civilista do pensamento político brasileiro, as forças armadas não tinham condições de empreenderem uma ação eficaz contra uma eventual agressão militar das grandes potências da época. Caberia, com efeito, à Guarda Nacional, espalhada por toda a extensão do país, essa tarefa.

Entre os militares, a oposição a Bilac fora maior do que seria de se esperar. Isto se deve, em boa medida, às demandas profissionalizantes de uma parcela da baixa oficialidade brasileira conhecida pelo epíteto de *jovens turcos*. De acordo com Edmundo Campos Coelho:

Na perspectiva de Bilac, o serviço militar pouco tem a ver com a defesa nacional, com o adestramento do cidadão no uso das armas, com sua educação no espírito marcial. Pelo contrário, Bilac insiste em atribuir-lhe uma função *pedagógica* de educação cívica, abstrata e artificial, tão inócua que a burguesia nacional, sobretudo a paulista, não hesitará em atrelar a ele as suas organizações cívicas destinadas a transmitir às outras classes a moral burguesa. (COELHO, 2000: 92)¹⁶

¹⁵ Grifos no texto original.

¹⁶ Grifo no texto original.

No campo militar, as maiores resistências partiram, como se viu, de um grupo de jovens oficiais comprometidos com o projeto de aperfeiçoamento profissional do Exército. Do ponto de vista estritamente profissional e institucional, o serviço militar obrigatório se prendia não apenas à necessidade do aumento dos efetivos, mas também à constituição de reservas mobilizáveis para o Exército, como se observa até mesmo nas palavras do então ministro da guerra Caetano de Faria, que ao efetuar uma breve avaliação do uso das reservas pelos exércitos beligerantes no conflito mundial que se prolongaria de 1914 a 1918 notou que:

[...] todos os autores militares, discutindo a probabilidade de guerra entre a Alemanha e a França, entendiam que aquela iniciaria as operações apenas com suas tropas de cobertura, mobilizáveis em poucas horas, o que poderia constituir 22 corpos de exército; entretanto, a invasão foi feita com 34 corpos, sendo 13 da reserva.¹⁷

O mesmo militar observou que essa importante modificação no tocante ao uso militar das reservas na Primeira Guerra Mundial deveriam ser adaptadas às condições do Brasil:

Em um país como o nosso, o exército de campanha será composto principalmente de reservistas; a guerra atual modificou profundamente o conceito sobre as reservas; antes dela, supunha-se que as unidades de reserva, não tendo a coesão da tropa de caserna, serviria, no começo de uma guerra, para missões secundárias, como guarda de territórios, pontes e outras vias de comunicação, não tomando parte nas primeiras batalhas; por isso.¹⁸

Para o Brasil, país considerado pacífico e sem pretensões expansionistas, o ministro previa um modelo a ser seguido:

As tendências da nossa organização militar são exatamente para aproveitar, em toda a sua plenitude, o princípio da nação armada; procuramos desenvolver o mais possível a instrução militar, e portanto as nossas reservas; reduzimos ao mínimo o tempo de incorporação nas fileiras e nos aproximamos, assim, da organização suíça, tanto quanto nos permitir a nossa educação cívica e os caracteres da nossa raça.¹⁹

¹⁷ Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 10.

¹⁸ Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 10.

¹⁹ Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917, p. 10.

Assim, os jovens turcos, embora fossem tributários do sistema militar germânico,²⁰ pareciam mais inclinados a seguir esse aspecto mais técnico-militar das idéias do ministro. Na condição de ferrenhos defensores da profissionalização do Exército, os jovens turcos eram completamente avessos às concepções de defesa nacional desenvolvidas por Bilac, as quais, no fundo, eram tributárias de uma filosofia civilista e liberal, oposta, portanto, a qualquer tipo de intervencionismo militar na vida civil. Nesse sentido, as concepções de Bilac eram mais próximas das de Alberto Torres do que possam parecer superficialmente, como esclareceu Edmundo Campo Coelho:

Mas é erro supor que as concepções de Bilac, o representante da intelectualidade urbana, sejam menos hostis á organização militar [que as de Alberto Torres, o representante do *movimento ruralista*], a despeito das expressões de apreço. Elas se caracterizam por atribuir ao Exército um papel secundário, subalterno, essencialmente militar e apolítico na vida nacional (COELHO, 2000: 91-92).

Destarte, para os jovens turcos, escolados que eram na vida arregimentada do Exército alemão, era intolerável qualquer tipo de ingerência civil na formulação da doutrina de defesa nacional. Nesse ponto ocorreria uma inversão dos valores propostos por Bilac. Seriam os meios civis a se submeterem às necessidades de cunho militar. Os editoriais do principal órgão de divulgação das idéias desse grupo, a revista *A Defesa Nacional*, rejeitavam categoricamente o princípio do *soldado-cidadão* e defendiam que a defesa nacional ficasse exclusivamente sob a supervisão de um órgão superior militar dedicado à formulação de políticas apropriadas para o adestramento das tropas, como era o caso do Estado Maior do Exército ou mesmo a criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional a ser composto pelo presidente da República, pelos ministros militares e respectivos chefes de Estado Maior.

Nesse sentido, o próprio princípio do apolitismo ou da *neutralidade* (*grande mutte*) militar não encontrava respaldo na experiência da organização, o Exército brasileiro, e, por conseguinte, profissional dos seus componentes:

Um mínimo de conhecimento da história do Exército era suficiente para que aos oficiais se tornasse evidente a falta de precedentes que suportassem a tese [da neutralidade política]. Pelo contrário, a lição que a história ensinava era de que o correlato da abstenção política fora quase sempre a subalternidade militar imposta pelas elites civis e a ausência de qualquer compensação em termos de níveis mais altos

²⁰ Pelo menos um jovem turco trabalhou diretamente com Caetano de Faria, na condição de ajudantes de ordens durante a passagem desse general pelo Ministério da Guerra; foi o então tenente Estevão Leitão de Carvalho.

de modernização e profissionalização do aparelho militar. Inversamente, as intervenções na área política, se não elevaram o nível profissional, não haviam deixado de render dividendos em termos de poder (COELHO, 2000: 94-95).

O apolitismo não garantia o fortalecimento da instituição, pois não interessava aos oligarcas, os detentores do poder político. Com efeito, as esperanças de mudança da situação dentro das *regras do jogo*, ou seja, sem a alteração do *status quo* vigente na Primeira República, foram pouco a pouco desvanecendo:

Em suma, a concepção de um Exército Brasileiro apolítico era a de uma organização desvinculada de seu contexto societal, idealizada na identificação de seus interesses com os interesses nacionais, impermeável aos seus conflitos no seu meio ambiente. A artificialidade desta concepção foi comprovada quando os mais ardentes de seus divulgadores, os “jovens turcos”, viram-se, eles próprios, no centro de conspirações políticas (COELHO, 2000: 95).

Edmundo Campos Coelho, resume analiticamente o comportamento político do grupo de *A Defesa Nacional* como uma espécie de *tenentismo profissional* em oposição ao *tenentismo político* dos oficiais revoltosos das décadas de 1920 e 1930 (COELHO, 2000: 96). Talvez a diferença básica entre essas duas gerações de oficiais *não conformistas* dissesse respeito à predisposição dos primeiros ao respeito da cadeia hierárquica e à sua concepção conservadora de ordem. A simples observação de alguns trechos do editorial evidencia as suas preocupações estritamente institucionais e uma forte tendência à subordinação dos interesses coletivos da sociedade brasileira às necessidades do aparelhamento militar:

[...] os interesses dos militares se acham hoje em dia, e em todos os países do mundo, de tal forma entrelaçados aos interesses nacionais, que trabalhar pelo progresso dos meios de defesa de um povo é, senão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses gerais desse povo.

Se, nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército – única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.

É debalde que os espíritos liberais [...] se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só

num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função.

[...] o Exército precisa [...] estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam.

Vasto país fértil, opulento e formoso, com 1.200 léguas de costas, abertas às incursões do lado do mar; com extensas linhas fronteiriças terrestres do outro lado das quais se agitam e progridem muitos povos também em formação – não seria absurdo admitir a hipótese de que o Brasil viesse um dia a encontrar um sério obstáculo às suas naturais aspirações de um desenvolvimento integral.

Um bom exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social [...]

Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar – o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indiferente ao rumores de luta que nos chegam dos quatro pontos cardeais e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino (LEMOS, 2008: 169).

Os jovens turcos também reagiram fortemente contra aqueles que queriam alfabetizar a população através do serviço militar obrigatório. De acordo com o seu ponto de vista, a instrução pública era atribuição do sistema escolar e não do Exército. Essa perspectiva foi evidenciada em um editorial publicado em junho de 1918 na revista *A Defesa Nacional*, embasado nos princípios defendidos pelo general alemão Friedrich Von Bernhardi:

Não devemos nos contentar em levantar a condição social e o conjunto das condições de vida do povo, assim preparando para a defesa nacional jovens fisicamente sãos; precisamos nos esforçar por desenvolver e aperfeiçoar a educação intelectual do povo. O meio é a escola. Trabalhar na escola pela educação militar futura e dar aos futuros defensores da pátria uma melhor preparação, é o único meio de tornar possível que a instrução militar especial realize satisfatoriamente os seus objetivos especiais, não obstante a dificuldade crescente das condições.²¹

A guerra moderna, na opinião dos redatores de *A Defesa Nacional*, reclamava autonomia de cada combatente e exigia de cada um “grande dose de julgamento e de independência, de calma, de reflexão e de intrépida energia”. Contudo, a instrução primária, como estava sendo conduzida, não preparava para isso o futuro recruta:

²¹ Editorial. *A Defesa Nacional*, jun. 1918, pp. 1-2.

Assim, a escola primária, como está, não pode servir de preparatória à educação militar. A mesma diferença se revela no espírito geral do ensino: *a educação militar visa formar individualidades morais capazes de pensar e agir com independência* e ao mesmo tempo despertar nos soldados o sentimento patriótico ao lado da instrução profissional figuram no primeiro plano do programa a educação moral e a história pátria. Em tudo se afirma o desejo de ensinar a cada um a pensar livremente e a exprimir claramente o seu pensamento.²²

A respeito da veiculação do sentimento individualista por instituições disciplinares tais como as forças armadas, escolas presídios e fábricas, cabem aqui algumas indicações feitas por Michel Foucault.

Há registros da existência de organizações disciplinares em várias sociedades. No entanto, para Foucault, o poder disciplinar surgido na época moderna se distingue das demais épocas por ser exercido de forma anônima, em nome da sociedade, embora continue sendo sofrido individualmente. Com efeito, trata-se de um poder *produtor de individualidade*, o qual provoca a emersão de uma multiplicidade de indivíduos.

Esse projeto disciplinar associado às organizações militares ficou bastante visível, no caso brasileiro, com a adoção de um sistema de identificação baseado na impressão datiloscópica pelo Exército. Em relatório apresentado em 1914 a respeito das atividades ministeriais desenvolvidas no ano anterior, o titular da pasta da Guerra afirmava que a execução do sorteio militar estava condicionada à observância de duas providências: cessação dos engajamentos, medida que só poderia ser alcançada, admitia, “lenta e gradativamente”, e a não admissão, no Exército ativo, de indivíduos que, sendo reservistas, “verificam praça, alegando falsamente alistamento primário, burlando a lei mediante o simples estratagema de uma mudança ou alteração de nome”. No tocante à última providência, o ministro indicava que a:

[...] única providência capaz de obviar esse grave inconveniente, que perturba e compromete a organização da nossa defesa, é o estabelecimento no exército de um serviço de identificação, não só destinado a vedar a readmissão de reservistas, como a depura-lo dos maus elementos constituídos pelos inferiores mentais e morais; a obstar de modo seguro o ingresso daqueles que por perniciosos à disciplina e à moral tenham sido expulsos das suas fileiras; a facilitar a instrução do processo criminal e, finalmente, a permitir a confecção de uma real estatística penal militar, vazada nos hodiernos moldes científicos.²³

²² Editorial. *A Defesa Nacional*, jun. 1918, pp. 1-2 Grifos meus.

²³ Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914, p. 5.

Com efeito, nos grandes Estados europeus da era moderna, os exércitos não constituíam apenas uma força armada que garantia a paz civil e a defesa externa, mas também “uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social”; sendo que o “*sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade*” (FOUCAULT, 1987: 151-152). Para o antropólogo Celso Castro, as noções de *racionalização* e *burocratização*, enquanto processos históricos, na obra do sociólogo Max Weber – “embora desenvolvidas numa perspectiva completamente diferente” – poderiam ser aproximadas dessa análise de Foucault. Assim, para Weber:

um dos resultados mais importantes da disciplina foi a transformação racional da estrutura estamental; seu ramo mais racional, a burocracia, seria intrinsecamente alheio ao carisma e a todas as honras sociais. Ao considerar as raízes históricas da disciplina militar: ‘A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina. (...) Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista [...]’ (WEBER, 1995: 40).

Como se pode observar, atribuía-se grande importância às organizações militares no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento das noções de disciplina e individualismo na virada do século XIX para o XX. O Exército brasileiro, nesse sentido, passou a ser visto como fundamental agente no processo de desenvolvimento e inculcação de valores *modernos*, em meio a uma sociedade ainda imersa em valores tradicionais. Considerando aqui como “moderno”, como lembra Celso Castro, “a afirmação de valores e a implementação de práticas vinculadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito” (CASTRO, 1995: 41).

Bilac e a Liga de Defesa Nacional, de acordo com a concepção do *cidadão-soldado*, projetam a idéia de um Exército “educador do povo”. Em outras palavras, o Exército deveria ser, na opinião desse grupo, um instrumento do Estado na divulgação de princípios ideológicos de disciplina, ordem e nacionalidade, já que o sistema escolar não demonstrava competência para tal. Os chefes militares mais velhos de formação positivista, a exemplo de Caetano de Faria, tendiam a ver com maiores simpatias essa tarefa. Os jovens turcos, por sua vez, viam o serviço militar obrigatório como um instrumento de fortalecimento do Exército e, por extensão, do próprio Estado-nacional.

Se possível, inclusive, gostariam de intervir na própria educação primária e secundária afim de orientá-las no sentido da preparação militar da população desde a mais tenra idade. Esses pontos de vista conflitantes refletem em última análise marcantes diferenças quanto à própria função do Exército e o seu lugar na sociedade brasileira.

Em ambos os casos, no entanto, a perspectiva disciplinar e racionalizadora da expansão do serviço militar não era perdida de vistas. A história política brasileira a partir do final dos anos 1910 é geralmente interpretada à luz da observação dos eventos políticos mais superficiais e aparentes. No campo especificamente militar, evidenciou-se, comumente, eventos altissonantes como as revoltas tenentistas, a Revolução de 30, o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964.

Entretanto, ainda pouca atenção foi dada a esse aspecto *silencioso e subterrâneo* da expansão e projeção do poder militar no Brasil. E é necessário frisar que por aumento do poder militar não se entende apenas crescimento progressivo de efetivos e reservas, mas também, o potencial disciplinar e racionalizador que uma atividade tão ampla e complexa como essa é capaz de oferecer. A partir do final dos anos 1910 o Exército erigiu uma estrutura burocrática capaz de controlar mínimos aspectos da organização nacional. Cidadãos que até então poderiam ser considerados invisíveis ao Estado, passaram imediatamente a ser alvo dos oficiais e praças do Exército em busca de “material humano” para preencher as fileiras da sua organização.

O Exército, que já vinha esquadrinhando o espaço geográfico brasileiro com a organização da *Carta da República*²⁴, passou a catalogar a sua população masculina para efeito de mobilização militar e, particularmente, apertar o cinto do controle social sobre o funcionamento do chamado *organismo nacional*.

Fontes e Referências

Fontes

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional*. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário de Nascimento de Olavo Bilac. Rio de Janeiro, 1967.

²⁴ A Carta da República foi uma iniciativa do Governo Federal do sentido de organizar um mapa detalhado de topo o país. Os trabalhos iniciais ficaram a cargo de uma comissão do Exército especialmente constituída para esse fim e sua partida se deu a partir da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1903. Segundo alguns analistas, o início dos trabalhos pelo Rio Grande do Sul era uma “tendência natural, dadas as necessidades militares” do País (MALAN, 1977, 105/MARTINS JÚNIOR, 2001: 43). Mais informações na bibliografia citada e nos relatórios do Ministério da Guerra a partir do início do século XX.

EDITORIAL. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, jun. 1918.

FARIA, General José Caetano de. *O Oficial como educador: sua missão social*. *Boletim do Estado Maior do Exército*, n. 3, p. 25, abril/1912.

Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Bernardino Bormann, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1914*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro de Estado dos Negócios da Guerra em 1916*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.

Ministério da Guerra, *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo marechal José Caetano de Faria, ministro dos Negócios da Guerra em 1917*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

TORRES, Alberto. Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo* de 22 de dezembro de 1915 apud. COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro : Record, 2000.

Referências

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso: um pouco de história do nosso exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora, 1960.

BARRETO, Lima. *As do Dr. Bogoloff*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 2001.

_____. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Escala, s/d.

CARONE, Edgar. *A Primeira República – Texto e Contexto*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CARVALHO, Marechal Setembrino. *Memórias – dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: sem editora, 1950.

CASTRO, Celso. “A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil” In.: CASTRO GOMES, Ângela. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República – um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução de Raul Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete, 33ª edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. São Paulo: José Olympio Editora, 1955

IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1997.

MALAN, General Souto. *Uma Escolha Um Destino (Vida do Gen Malan d'Angrogne)*. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FGV Editora, 2004.

McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHULZ, Jonh. *O Exército na Política*. São Paulo: EDUSP, 1994.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra, 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.